

Efeitos do salário mínimo sobre a distribuição de renda no Brasil no período 1995/2005 – resultados de simulações

João Saboia*

Resumo – A partir de meados da década passada, o salário mínimo passou por um processo de recuperação de seu valor real, perdido ao longo das décadas anteriores. No mesmo período, a distribuição de renda do país apresentou melhoria. A simultaneidade desses dois movimentos sugere que o aumento do salário mínimo teria contribuído para a redução das desigualdades de rendimento. Com o objetivo de testar a contribuição do salário mínimo para a melhoria da distribuição de renda, este artigo explora os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) no período 1995/2005, destacando o ano de 2001, a partir do qual a redução na desigualdade de rendimentos se acentuou. São explorados os dados de rendimentos do trabalho, pensões e aposentadorias oficiais, além do Benefício de Prestação Continuada (BPC), itens que representam a quase totalidade dos rendimentos levantados pela PNAD e em cujo conjunto o salário mínimo possui importante influência. O principal resultado do artigo é obtido a partir de um conjunto de simulações para a distribuição de renda que veio a confirmar a importância do salário mínimo na redução das desigualdades de rendimentos no período.

Palavras-chave – salário mínimo; distribuição de renda.

Códigos JEL – I32, I38, J38.

1. Introdução

O salário mínimo (SM) passou por um processo de recuperação a partir de meados da última década, trazendo importantes conseqüências para a distribuição de renda no país. Embora represente o piso salarial

* Professor titular do Instituto de Economia da UFRJ, Av. Pasteur 250, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.290. E-mail: saboia@ie.ufrj.br. Este artigo está parcialmente baseado no texto “Salário Mínimo e Distribuição de Renda no Brasil no Período 1995/2005 – Fatos e Simulações”, apresentado no II Seminário de Análise dos Resultados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, CGEE/IPEA/ MEC/ MTE, Brasília, Março de 2007.

legal, o SM tem um papel que transcende em muito o mercado de trabalho. As aposentadorias e pensões oficiais, por exemplo, também possuem o SM como piso. A aposentadoria rural, em geral não-contributiva, também utiliza o SM como piso. Na medida em que o reajuste do SM se tem mantido acima do utilizado para as pensões e aposentadorias, estas cada vez mais se concentram no valor do SM. Além disso, a assistência social também utiliza o SM como valor de referência para alguns programas, como no caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Portanto, toda vez em que o SM é reajustado, seus efeitos são sentidos não apenas pelos trabalhadores ativos, mas também pelos aposentados, pensionistas e por uma parcela dos beneficiários dos programas oficiais de assistência social. Por essa razão, os reajustes repercutem também sobre as contas públicas, especialmente sob a forma de pagamento dos benefícios da seguridade social.

Embora não houvesse regras definidas para os reajustes, a conjuntura política do passado recente foi favorável a que o SM passasse por um processo de aumentos reais. A atual iniciativa do governo de procurar criar critérios para os futuros reajustes do SM, garantindo através de regras claras sua correção pela inflação e sua incorporação ao crescimento da produtividade (PIB per capita), aponta no sentido da continuidade de sua majoração no futuro. Assim, o país continuará a conviver com o aumento do SM no futuro, embora a taxas provavelmente mais modestas do que as aplicadas em alguns momentos da última década.

O principal objetivo deste artigo é discutir o potencial do SM para a melhoria da distribuição de renda no país a partir da experiência da última década.¹ Seu argumento defende que o SM ajudou no passado e pode continuar a contribuir no futuro para melhorar a distribuição de renda. A redução nas desigualdades dessa distribuição passa, entretanto, por inúmeras outras iniciativas. A continuidade da política de recuperação do SM terá sua contribuição nesse processo, da mesma forma que outras políticas econômicas e sociais também poderiam contribuir. Não pretendemos discutir se esta ou aquela política é melhor ou pior, mas simplesmente mostrar o potencial e as limitações da continuidade da política de recuperação do SM para a atenuação das discrepâncias de rendimento no país.

A próxima seção mostra a evolução do SM nos últimos sessenta anos, e propõe, além disso, uma comparação de seu comportamento com as mudanças na distribuição de renda na última década. Na seção seguinte são apontadas algumas limitações da PNAD, considerada principal fonte de dados para o estudo da distribuição de rendimentos no Brasil. A seção 4 oferece uma análise da distribuição de renda segundo as características das pessoas ocupadas cujos rendimentos laborais acompanham o SM; essa parte abrange ainda um estudo do papel do SM como piso para o sistema previdenciário oficial. A seção 5 indica a posição das pessoas que recebem o SM de rendimento do trabalho e de pensões e aposentadorias oficiais na distribuição do rendimento familiar per capita; claro que nem sempre o SM está associado à baixa renda familiar. Finalmente, são feitas algumas simulações para estimar o efeito do aumento do SM sobre as mudanças na distribuição de renda no Brasil na última década (períodos 1995/2005 e 2001/2005). Uma apresentação das principais conclusões do trabalho fecha este artigo.

2. Evolução do salário mínimo e da distribuição de renda

O gráfico 1 mostra a evolução do SM a partir dos anos 1940. Conforme pode ser verificado, houve fortes flutuações no período. Após a queda acentuada no início da série, o SM passou por forte recuperação nos anos 1950, mudança resultante da explícita política de valorização praticada pelos governos Getúlio Vargas e Kubitschek. A explosão inflacionária do início dos anos 1960 e a política salarial dos governos militares voltaram a reduzir seu valor.

Ao longo dos anos 1960, o SM permaneceu relativamente estável, voltando a cair com o recrudescimento da inflação nos anos 1980. Finalmente, ele voltou a crescer nos anos 1990, especialmente após o Plano Real. Embora sem regras explícitas para os reajustes, esse processo de recuperação permanece até os dias atuais.

Se tomarmos como referência o ano de 1994, seu crescimento real até 2005 foi de 62%. Considerando-se o período de dez anos contados a partir de 1995, obtém-se um aumento de 45%.² Tal diferença em apenas um ano deve-se ao grande reajuste dado no início de 1995, quando o SM passou a valer R\$ 100.

Gráfico 1 – Salário Mínimo Real – 1944/2005



Fonte: lpeadata.

Notas: 1) Série em reais de agosto de 2006, utilizando como deflator ICV-RJ da FGV, até março de 1979, e desde então o INPC do IBGE. 2) O SM anual foi obtido através da média dos salários mensais.

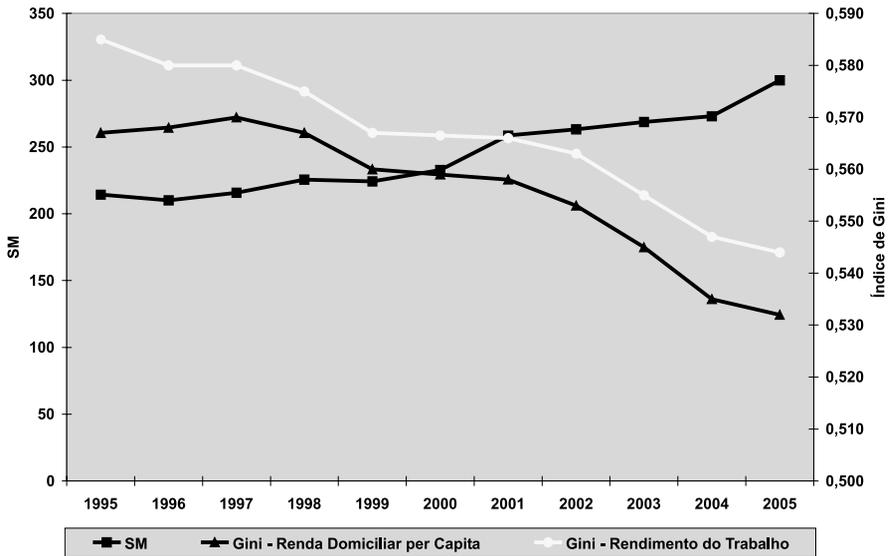
Apesar do forte crescimento da última década, em 2005 o SM encontrava-se ainda próximo ao patamar dos anos 1970 e cerca de um terço abaixo de seu valor real na virada dos anos 1950 para os 1960.

Ao longo da última década, ao mesmo tempo que o SM se recuperava, a distribuição de renda no país apresentava melhoria. O gráfico 2 ilustra os dois movimentos simultâneos a partir da comparação do SM com o índice de Gini para dois tipos de distribuição de renda – rendimentos do trabalho e renda domiciliar per capita. Os resultados são claros. Na medida em que o salário mínimo crescia, a distribuição de renda tendia a se tornar mais equitativa. Embora as desigualdades nos rendimentos ainda permanecessem muito elevadas em 2005, a melhoria encontrada no período pode ser considerada satisfatória.³

Resultados semelhantes ao encontrado no gráfico 2 podem ser obtidos utilizando-se outras medidas de distribuição de renda e outras va-

riáveis para o rendimento, sugerindo que o salário mínimo poderia ter representado um importante papel na melhoria da distribuição de renda do país nos últimos anos.

Gráfico 2 – Evolução do SM e do Índice de Gini para o Rendimento do Trabalho e a Renda Domiciliar per Capita – 1995/2005



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2005 e Ipeadata

Notas: 1) Valores do SM referentes aos meses de setembro de cada ano, inflacionados pelo INPC, com base em setembro de 2005. 2) Os Índices de Gini referentes ao ano 2000 foram obtidos por interpolação linear.

3. Limitações dos Dados de Rendimento da PNAD

A capacidade da PNAD em captar rendimentos está basicamente limitada aos rendimentos provindos do trabalho e de pensões, aposentadorias e outras transferências oficiais. Uma comparação com os dados da Contas Nacionais mostra que os demais rendimentos são levantados de forma muito parcial. A multiplicação de mecanismos de transferência de renda, juntamente com o aumento do SM nos últimos anos, fez com que o peso das aposentadorias e pensões nos rendimentos levantados pela PNAD crescesse bastante, reduzindo, por outro lado, o peso

dos rendimentos do trabalho. Esta informação é importante na medida em que a PNAD é a principal fonte de dados para o estudo da distribuição de renda no Brasil.

A tabela 1 apresenta a distribuição das fontes de rendimentos captadas pela PNAD em 1995, 2001 e 2005. Enquanto em 1995 os rendimentos do trabalho representavam 82,2% dos rendimentos da PNAD, em 2005 esse item estava reduzido a 75,9%. Em contrapartida, as aposentadorias oficiais aumentaram de 10,5% para 13,8%, e as pensões oficiais de 2,8% para 4,3%. Deve-se ainda mencionar o item “rendimentos de juros e outros rendimentos”, que concentra transferências oficiais como a Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), cuja participação nos rendimentos dobrou na última década, passando de 0,9% para 1,8%.

Tendo em vista a limitação dos dados de rendimento providos pela PNAD, os estudos sobre distribuição de renda no Brasil deveriam levar esses fatos em consideração. Nas comparações temporais, entretanto, o efeito de tais limitações é minimizado, na medida em que aparentemente não haveria tendência de aumento ou de redução de cobertura dos vários tipos de rendimentos levantados pela PNAD ao longo do tempo.⁴

Tabela 1 – Porcentagem da Renda Total por Tipo de Rendimento – 1995/2001/2005

Tipos de rendimento	1995	2001	2005
Rendimento de trabalho	82,0	77,9	75,9
Rendimento de aposentadorias oficiais	10,5	13,3	13,8
Rendimento de outras aposentadorias	0,3	0,4	0,5
Rendimento de pensões oficiais	2,8	3,8	4,3
Rendimento de outras pensões	0,6	1,1	1,1
Rendimento de aluguel	2,2	1,9	1,8
Rendimento de doação	0,6	0,7	0,7
Rendimento de outras transferências, juros e outros rendimentos	0,9	0,9	1,8
Rendimento de todas as fontes	100	100	100

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995 e 2005 – Microdados

Nota: Para efeito de comparação, exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

4. A importância do salário mínimo para a população ocupada, aposentados e pensionistas

O aumento do salário mínimo (SM) entre 1995 e 2005 não impediu que um maior número de pessoas ocupadas passasse a receber precisamente 1 SM. O índice de 12,2% de trabalhadores que recebiam 1 SM em 1995 elevou-se para 14,6% em 2005. Em contrapartida, houve aumento na parcela que recebia valor menor que o do SM – 14,9% e 20,9%, respectivamente. Em outras palavras, com o aumento do SM uma parcela maior dos trabalhadores passou a receber remuneração abaixo de seu valor.

O cruzamento de informações diversas põe em evidência a importância do SM para o mercado de trabalho. Consideremos, por exemplo, o critério da posição na ocupação. No caso do emprego com carteira assinada, situação típica do setor formal, 13,1% dos trabalhadores recebiam 1 SM em 2005. Nesse estrato praticamente não há pessoas recebendo menos que 1 SM, ao passo que 86,2% dos empregados recebem mais que 1 SM. No serviço doméstico com carteira assinada a importância do SM é bem maior: nessa categoria, 46,5% dos trabalhadores recebiam 1 SM em 2005. (Ver tabela 2 na página seguinte)

Examinando, agora, a situação dos trabalhadores sem carteira assinada, nota-se que também no setor informal o papel do SM é importante. Enquanto 35,9% deles recebiam menos que 1 SM em 2005, 20,2% recebiam exatamente 1 SM, mesmo sem ter a carteira assinada. No serviço doméstico sem carteira assinada, o SM era recebido por 20,3% das pessoas, confirmando mais uma vez o papel fundamental que a remuneração básica representa no setor informal da economia. Note-se, entretanto, que 62,8% dos empregados domésticos sem carteira assinada recebiam menos que 1 SM em 2005.

Mesmo no trabalho por conta própria, o SM é referência importante: em 2005, 11,3% dos trabalhadores autônomos declararam receber exatamente o valor de 1 SM pelo seu trabalho principal. Uma vez que o trabalho autônomo é uma forma de inserção típica do setor informal, esse dado reforça a importância do SM no campo da informalidade.

Como já afirmado acima, o crescimento do SM no período 1995-2005 foi acompanhado de mudanças na distribuição das pessoas ocupadas segundo o nível de rendimento do trabalho. No caso dos emprega-

dos com carteira assinada, houve aumento de 8,3% para 13,1% da participação daqueles que recebiam 1 SM. Fato semelhante ocorreu com os trabalhadores domésticos com carteira assinada – os índices se elevaram de 38,0% para 46,5%, respectivamente. (Ver tabela 2)

Tabela 2 – Distribuição Percentual das Pessoas Ocupadas com Rendimento do Trabalho Principal por Posição na Ocupação – 1995/2005

Posição na ocupação	Menos de 1 SM		1 SM		Mais de 1 SM	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Empregados com carteira	1,6	0,7	8,3	13,1	90,1	86,2
Trabalhadores domésticos com carteira	2,9	2,3	38,0	46,5	59,1	51,2
Empregados sem carteira	25,8	36,0	19,9	20,1	54,3	43,9
Trabalhadores domésticos sem carteira	40,0	62,8	31,0	20,3	29,0	16,9
Conta própria	23,8	38,0	8,5	11,3	67,7	50,7
Total – pessoas ocupadas	14,9	20,9	12,2	14,6	72,9	64,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2005 – Microdados

Nota: Para efeito de comparação, excluiu-se as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Também foram excluídas as pessoas sem rendimento do trabalho principal.

Entre os empregados sem carteira assinada, cerca de 20% recebiam 1 SM, sem maiores alterações no período. Aumentou, entretanto, em cerca de dez pontos percentuais a parcela que recebia menos de 1 SM. No emprego doméstico sem carteira assinada, houve aumento da parcela que recebia menos de 1 SM e redução da que recebia exatamente 1 SM. Finalmente, entre os trabalhadores por conta própria, houve crescimento da parcela cujos rendimentos estavam abaixo ou se igualavam a 1 SM. Portanto, o aumento do valor real do SM no período não conseguiu evitar que nas categorias de trabalhadores típicas do setor informal (sem carteira e por conta própria) houvesse crescimento do percentual daqueles que recebiam menos que 1 SM ao longo da década.

Em termos regionais, o SM é mais importante na região Nordeste (16,2%) e menos nas regiões Sul (8,7%) e Sudeste (11,7%). Cabe, entretanto, mencionar que, em todas as regiões, um grande número de pessoas não consegue atingir o valor de 1 SM nos seus trabalhos principais. Na região Nordeste, por exemplo, 54% dos trabalhadores estão nessa

situação. Mesmo na região Sudeste, onde a situação é a mais favorável entre as cinco regiões naturais, 17,8% dos trabalhadores recebem menos que 1 SM. (Ver tabela 3)

A situação dos rendimentos é bem mais desfavorável nas regiões rurais que nas urbanas. No Nordeste rural, 80% das pessoas possuem rendimentos do trabalho principal abaixo do valor do SM e 10% recebem exatamente 1 SM. Mesmo na região Sudeste, a mais desenvolvida do país, cerca de metade das pessoas ocupadas nas regiões rurais recebe menos que 1 SM.

Considerando-se o conjunto do país, cerca de dois terços da população rural recebe menos que 1 SM no trabalho principal e cerca de 10% recebem exatamente 1 SM, dados que confirmam a precariedade das condições de trabalho no campo.

Tabela 3 – Distribuição Percentual das Pessoas Ocupadas com Rendimento do Trabalho Principal por Região Natural e Zona Urbana/Rural – 2005

Região		Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 SM
Norte	Urbana	25,8	17,8	56,5
	Rural	58,9	11,2	29,9
	Total	35,4	15,9	48,7
Nordeste	Urbana	40,6	19,5	40,0
	Rural	80,2	9,7	10,1
	Total	54,0	16,2	29,9
Sudeste	Urbana	14,6	11,5	73,9
	Rural	48,7	13,8	37,5
	Total	17,8	11,7	70,5
Sul	Urbana	17,3	9,2	73,5
	Rural	55,4	7,2	37,3
	Total	25,5	8,7	65,7
Centro-Oeste	Urbana	14,4	15,9	69,7
	Rural	48,3	12,3	39,4
	Total	19,9	15,3	64,7
Brasil	Urbana	21,6	13,6	64,8
	Rural	65,5	10,4	24,1
	Total	30,3	13,0	56,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005 – Microdados

Conforme o esperado, o SM é a forma de vencimento dominante entre os trabalhadores jovens, os menos escolarizados e as mulheres. A tabela 4 ilustra os resultados. Enquanto 11,5% dos trabalhadores do sexo masculino recebem 1 SM por seu trabalho principal, entre as mulheres esse índice chega a 15%. Além disso, 37,4% das mulheres e 24,1% dos homens recebem abaixo de 1 SM.

Em termos de escolaridade, os resultados são os esperados, com redução da importância do SM na medida em que aumenta o número de anos de estudo dos trabalhadores. Entre os menos escolarizados, cerca de 14% recebem 1 SM, enquanto que entre os mais escolarizados esse índice não passa de 2%. Cumpre ainda mencionar os elevados percentuais de trabalhadores pouco escolarizados que recebem menos que 1 SM.

Segundo a faixa etária, os rendimentos crescem com a idade, tornando a cair para os trabalhadores mais velhos. Muitos trabalhadores jovens e idosos recebem menos que 1 SM. Excetuando-se aqueles com 70 anos ou mais, há um percentual relativamente grande de pessoas ocupadas que recebem 1 SM, independentemente de sua faixa etária.

Tabela 4 – Distribuição Percentual das Pessoas Ocupadas com Rendimento do Trabalho Principal por Sexo, Faixa Etária e Anos de Estudo – 2005

Sexo	Masculino Feminino	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 SM
		24,1	11,5	64,3
		37,4	15,0	47,6
Faixa etária	10 a 19	68,1	12,8	19,2
	20 a 29	24,9	15,7	59,5
	30 a 39	21,5	12,7	65,8
	40 a 49	22,4	11,5	66,1
	50 a 59	29,8	11,8	58,4
	60 a 69	47,2	10,6	42,2
	70 ou +	69,5	6,5	24,1
Faixa de anos de estudo	Sem instrução e menos de 1 ano	63,3	14,2	22,5
	1 a 3 anos	52,8	14,3	32,9
	4 a 7 anos	38,8	14,5	46,8
	8 a 10 anos	26,9	15,9	57,2
	11 a 14 anos	10,8	11,9	77,3
	15 anos ou mais	2,6	1,9	95,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005 – Microdados

A análise setorial mostra que o SM está mais presente entre os trabalhadores no serviço doméstico, categoria em que 27,1% deles recebem 1 SM. Curiosamente, a administração pública é um dos setores da economia com maior percentual de trabalhadores que recebem 1 SM (15,5%), perdendo apenas para os setores de alojamento e alimentação (17,1%), além do setor de serviço doméstico. Tal fato deve-se, provavelmente, à baixa remuneração auferida pelos funcionários públicos municipais e estaduais nas regiões mais pobres do país. Outros setores como saúde e educação, construção e comércio também têm participação relativamente elevada de trabalhadores recebendo o mínimo legal.

Confirmando a situação precária do mercado de trabalho nas regiões rurais, nota-se que 71,1% dos trabalhadores no setor agrícola recebem menos que 1 SM por seu trabalho principal. Percentual elevado (47,7%) de pessoas na mesma situação também é encontrado no serviço doméstico. A tabela 5 mostra a distribuição dos rendimentos do trabalho principal para os diversos setores de atividade em 2005.

Tabela 5 – Distribuição Percentual das Pessoas Ocupadas com Rendimento do Trabalho Principal por Setor de Atividade – 2005

Setor	Menos de 1 SM	1 SM	Mais de 1 SM
Agrícola	71,8	8,2	20,0
Outras atividades industriais	10,1	8,3	81,6
Indústria de transformação	18,7	11,4	69,9
Construção	18,5	13,9	67,6
Comércio e reparação	22,8	13,1	64,1
Alojamento e alimentação	27,6	17,1	55,3
Transporte, armazenagem e comunicação	10,2	7,6	82,2
Administração pública	4,1	15,7	80,2
Educação, saúde e serviços sociais	8,6	14,2	77,2
Serviços domésticos	47,1	27,2	25,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	26,9	14,8	58,2
Outras atividades	6,0	10,3	83,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005 – Microdados

A importância do SM para aposentados e pensionistas é bastante conhecida, representando o piso oficial dos benefícios do regime geral. Os dados da PNAD de 2005 vêm apenas confirmar seu papel para aqueles que recebem aposentadorias e pensões oficiais.

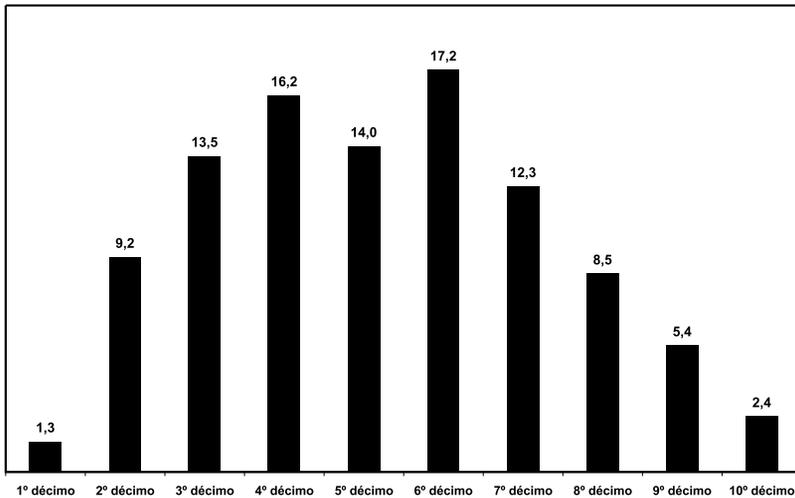
Em 2005, 57,5% dos aposentados e 59,8% dos pensionistas recebiam benefícios no valor de 1 SM. Tais percentuais têm crescido nos últimos anos à medida que o SM vai sendo reajustado por percentuais superiores aos concedidos aos benefícios do regime geral do INSS. Apenas para efeito de ilustração, a parcela de benefícios iguais ao SM em 1995 era, respectivamente, 48,2% para as aposentadorias e 51,9% para as pensões, consolidando o aumento da importância do SM no período.

5. Salário Mínimo e Rendimento Familiar per Capita

Há uma tendência a se associar o SM a pessoas pobres. Na realidade, as pessoas mais pobres não têm acesso ao SM, nem sob a forma de remuneração do trabalho, nem sob a forma de transferências. Quando recebem o SM, deixam de fazer parte dos mais pobres do país. De qualquer forma, conforme procuraremos mostrar nessa seção, as pessoas que recebem o SM pertencem, na maior parte das vezes, a famílias cujos rendimentos *per capita* estão abaixo (às vezes muito abaixo) da média. Inicialmente, serão considerados os rendimentos do trabalho e, em seguida, as aposentadorias e pensões oficiais.

O rendimento familiar *per capita* médio em 2005 era de R\$ 390, patamar que representa a posição do grupo situado na passagem do sétimo para o oitavo décimo da distribuição. Quase três quartos daqueles que recebiam 1 SM de rendimento do trabalho distribuem-se do terceiro ao sétimo décimo. Apenas 16% pertenciam aos três décimos superiores. Cabe mencionar que tanto no décimo mais pobre (1,3%) quanto no mais rico (2,4%) é relativamente pouco comum encontrar pessoas recebendo 1 SM como rendimento do trabalho. (Ver gráfico 3)

Gráfico 3 – Distribuição Percentual das Pessoas com Rendimento do Trabalho Igual a 1 SM segundo os Décimos da Distribuição de Renda Familiar per Capita – 2005



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005 – Microdados

Notas: 1) Excluído o rendimento dos pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos. 2) O rendimento do trabalho de 1 SM correspondia a R\$300,00 em 2005.

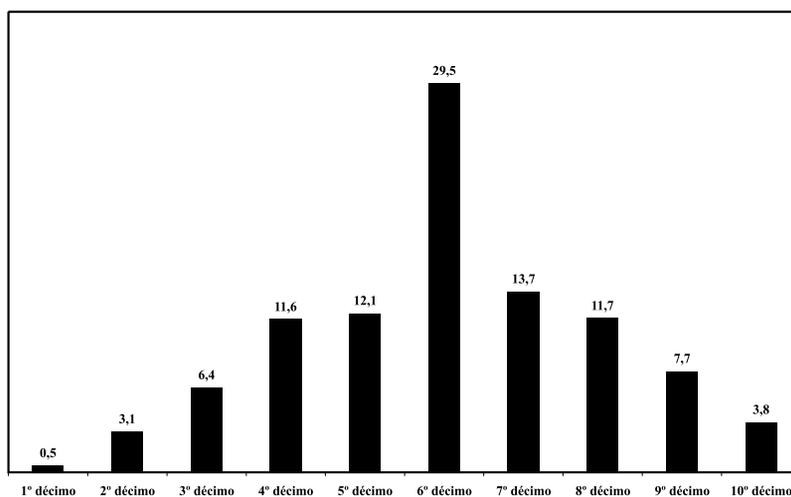
No caso das pensões e aposentadorias oficiais, há proporcionalmente mais pessoas recebendo 1 SM nos três décimos superiores da distribuição da renda familiar *per capita* (23%) que no rendimento do trabalho. De qualquer forma, a maior parte está concentrada abaixo da média: cerca de dois terços desse grupo se encontra do quarto ao sétimo décimo. Assim como nos rendimentos do trabalho, é pouco comum encontrar pessoas recebendo pensões e aposentadorias oficiais no décimo mais pobre (0,5%), no segundo décimo mais pobre (3,1%) e no mais rico (3,8%). O gráfico 4 ilustra os resultados.

Os dados acima mostram que, *ceteris paribus*, qualquer aumento do SM beneficia majoritariamente pessoas relativamente pobres (nem sempre as mais pobres), mas também algumas que estão acima da média e até mesmo no décimo superior da distribuição de renda.

Como as pessoas beneficiadas com o aumento do SM estão localizadas em sua grande maioria abaixo do rendimento familiar *per capita*

médio, é de se esperar que o aumento do salário mínimo tenha como resultado final a melhoria da distribuição de renda. Com esse objetivo são desenvolvidas na próxima seção algumas simulações apontando para o papel do SM na melhoria da distribuição de renda ao longo da última década.

Gráfico 4 – Distribuição Percentual das Pessoas com Rendimento de Aposentadorias e Pensões Oficiais Igual a 1 SM segundo os Décimos da Distribuição de Renda Familiar per Capita – 2005



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005 – Microdados

Nota: 1) Excluído o rendimento dos pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos. 2) O rendimento de aposentadorias e pensões de 1 SM correspondia a R\$300 em 2005.

6. Resultados de Simulações para a Distribuição de Renda

Nesta seção são desenvolvidas simulações para tentar estimar o efeito do aumento do SM na melhoria da distribuição de renda no período entre 1995 e 2005, quando o SM apresentou um crescimento real de 40%.⁵ É destacado também o ano de 2001, a partir do qual a melhoria da distribuição de renda foi mais acentuada.

Para verificar o efeito do SM simula-se uma nova distribuição de rendimentos em 2005, supondo que o SM não tivesse aumentado, mas

antes permanecido, em 2005, no mesmo nível de 1995 (ou de 2001, dependendo da simulação). Comparando-se os dados de 2005 com os dados simulados, tem-se o efeito do aumento do SM.

Supõe-se que o SM tem efeitos sobre os rendimentos do trabalho principal, sobre as aposentadorias e pensões oficiais e sobre o valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em 2005, os rendimentos do trabalho representavam 75,9% dos rendimentos totais captados pela PNAD, e o rendimento do trabalho principal representava 95,8% dos rendimentos do trabalho. Os rendimentos das aposentadorias e pensões oficiais correspondiam, respectivamente, a 13,8% e 4,3% do total de rendimentos. O valor dos “outros rendimentos”, onde está incluído o BPC, representava 1,8% do total. Portanto, os rendimentos sujeitos às modificações nas simulações representam pouco mais de 90% dos rendimentos totais levantados pela PNAD.

Em setembro de 2005, o SM correspondia a R\$ 300. Ao ser reduzido para o nível real do SM de setembro de 1995, cairia para R\$ 214 (e para R\$ 258 no caso de setembro de 2001). Portanto, o valor tomado como referência para as simulações foi um SM equivalente a R\$ 214 na comparação com 1995 e R\$ 258 quando comparado a 2001, representando, assim, o nível do SM real de 1995 e 2001, respectivamente.

O tratamento dado para as pensões e aposentadorias oficiais nas simulações é relativamente simples. Na medida em que o aumento do SM no período fez aumentar o percentual de pessoas que recebiam pensões e aposentadorias iguais a 1 SM, nas simulações reproduziu-se em 2005 o percentual de pessoas que recebiam o “velho” SM de R\$ 214, em 1995 (ou de R\$ 258, em 2001), redistribuindo-se as demais uniformemente entre R\$ 214 (ou R\$ 258) e R\$ 300.⁶ A redistribuição foi necessária na medida em que havia proporcionalmente mais pessoas recebendo 1 SM em 2005 que em 1995 e 2001.

Para o BPC, foram feitas simulações a partir das pessoas que recebiam exatamente R\$ 300 de “outros rendimentos” em 2005. Supôs-se, portanto, que todos aqueles que recebiam esse valor nesse item estavam recebendo o BPC. Reduzindo-se o valor para R\$ 214 ou R\$ 258, pode-se verificar o efeito do SM na distribuição de renda através de seu efeito sobre o BPC.

No caso da remuneração do trabalho principal a situação é mais complexa. O SM não influencia apenas a situação das pessoas que rece-

bem exatamente 1 SM, mas também a daquelas que recebem rendimentos pouco abaixo ou pouco acima desse valor. Além disso, as variações do SM podem ter efeito sobre o emprego. Tendo em vista a complexidade dos eventuais efeitos do SM sobre o nível de emprego, optou-se aqui por desconsiderá-los. Quanto aos efeitos sobre os níveis de rendimento próximos ao SM, foram feitas simulações inspiradas no que efetivamente ocorreu no período.

A Tabela 6 mostra a variação real dos rendimentos do trabalho por décimo da distribuição. Quanto mais próximo do terceiro décimo, onde se localizavam as pessoas que recebiam rendimentos do trabalho iguais ao valor do SM em 2005, maior foi o aumento do rendimento no período. Conforme deslocamos nossa atenção para cima ou para baixo na Tabela, constatamos que os aumentos decrescem, tornando-se negativos para o primeiro décimo e a partir do sexto décimo da distribuição.

Supôs-se na simulação que os efeitos do SM estariam limitados aos valores dos rendimentos do trabalho entre 0,5SM (valor localizado entre o primeiro e o segundo décimo) e 1,5SM (valor localizado entre o quinto e o sexto décimo), reduzindo-se linearmente na medida em que se afasta do valor do SM. As regras utilizadas para simular o efeito do SM sobre os rendimentos nessa faixa são apresentadas no Quadro 1.

Tabela 6 – Rendimento Médio do Trabalho por Décimos da Distribuição – 1995, 2001 e 2005

Décimos	Rendimento médio do trabalho (em R\$ de 2005)				
	1995	2001	2005	Variação % 1995/2005	Variação % 2001/2005
1º décimo	91	87	84	-8	-3
2º décimo	193	196	202	5	3
3º décimo	225	263	299	33	14
4º décimo	312	317	322	3	2
5º décimo	407	406	404	-1	0
6º décimo	518	504	489	-6	-3
7º décimo	683	637	609	-11	-4
8º décimo	952	859	812	-15	-5
9º décimo	1493	1341	1227	-18	-9
10º décimo	4344	3944	3600	-17	-9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005 – Microdados

Quadro 1 – Procedimentos para as Simulações do Rendimento do Trabalho Principal

<ul style="list-style-type: none"> • Todas as pessoas que recebiam entre R\$ 150 (inclusive) e R\$ 300 em 2005 têm seus novos rendimentos calculados através da seguinte expressão: $[1 - (((\text{Renda} - 150) / 150) \times 0.286)] \times \text{Renda} \rightarrow \text{Comparação com 1995}$ $[1 - (((\text{Renda} - 150) / 150) \times 0.140)] \times \text{Renda} \rightarrow \text{Comparação com 2001}$ • Todas as pessoas que recebiam R\$ 300 (1 SM) em 2005 têm redução de seus rendimentos para o antigo valor do SM: R\$ 300 → R\$ 214 na comparação com 1995 (redução de 28,6%) R\$ 300 → R\$ 258 na comparação com 2001 (redução de 14,0%) • Todas as pessoas que recebiam entre R\$ 300 e R\$ 450 (inclusive) em 2005 têm seus novos rendimentos calculados a partir da seguinte expressão: $[1 - (((450 - \text{Renda}) / 150) \times 0.286)] \times \text{Renda} \rightarrow \text{Comparação com 1995}$ $[1 - (((450 - \text{Renda}) / 150) \times 0.140)] \times \text{Renda} \rightarrow \text{Comparação com 2001}$ • Todas as pessoas que recebiam abaixo de R\$ 150 ou acima de R\$ 450 em 2005 não sofrem qualquer modificação em seus rendimentos
--

Fonte: Elaboração do autor

A medida de desigualdade utilizada é o índice de Gini. Em cada simulação são calculados os novos valores do índice de Gini da distribuição dos rendimentos considerados ora isoladamente (rendimento do trabalho, pensões/aposentadorias e BPC) ora em conjunto (todas as fontes de renda). Além do estudo da distribuição das rendas individuais, foram estimados os índices de Gini para as novas distribuições de rendimentos familiares *per capita*. As Tabelas 7a, 7b e 8 ilustram os resultados para as distribuições individuais, enquanto que as Tabelas 9a, 9b e 10 mostram os resultados referentes à distribuição do rendimento familiar *per capita*.

Tabela 7a – Resultados das Simulações para os Rendimentos Individuais – 1995/2005

	Gini			
	Todos os trabalhos	Aposentadoria e pensão	Outros rendimentos, transferências e juros (BPC)	Todos os rendimentos
1995	0,585	0,541	0,822	0,592
Simulação	0,570	0,527	0,659	0,581
2005	0,544	0,457	0,688	0,552

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995 e 2005 – Microdados

Tabela 7b – Resultados das Simulações para os Rendimentos Individuais – 2001/2005

	Gini			
	Todos os trabalhos	Aposentadoria e pensão	Outros rendimentos, transferências e juros (BPC)	Todos os rendimentos
2001	0,566	0,508	0,780	0,572
Simulação	0,557	0,486	0,562	0,566
2005	0,544	0,457	0,688	0,552

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 e 2005 – Microdados

Tabela 8 – Percentual de Redução do Índice de Gini Associado ao Salário Mínimo para os Rendimentos Individuais – 1995/2005 e 2001/2005

	Percentual de redução do Gini			
	Todos os trabalhos	Aposentadoria e pensão	Outros rendimentos, transferências e juros (BPC)	Todos os rendimentos
Simulação - 1995	62	83	-6	73
Simulação - 2001	58	58	-94	69

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 2001 e 2005 – Microdados

Com relação à distribuição dos rendimentos do trabalho, o índice de Gini baixou de 0,585 para 0,544 entre 1995 e 2005. Segundo a simulação, sem o aumento do SM, ele teria baixado para 0,570, ou seja, 62% da queda poderiam ser atribuídos ao aumento do SM.

No caso das pensões e aposentadorias, o índice de Gini caiu no período de 0,541 para 0,457. Sem o aumento do SM, teria caído para 0,527. Portanto, 82% da queda estariam associados ao aumento do SM.

O efeito do BPC nos “outros rendimentos” fornece um resultado aparentemente incoerente, pois a redução do SM baixaria ainda mais o índice de Gini para este tipo de rendimento. Tal resultado se deve ao fato de os “outros rendimentos” incorporarem os mais variados tipos de fontes de rendimentos, sendo o valor do SM considerado relativamente alto em seu interior. Portanto, o significado do índice de Gini nesse caso não pode ser associado diretamente ao conceito de desigualdade de renda de uma forma mais ampla.

Ao serem consideradas todas as pessoas com algum tipo de rendimento, o índice de Gini baixou de 0,592 para 0,552 entre 1995 e 2005. Segundo a simulação, teria caído para 0,581 se não houvesse aumento do SM. Portanto, mais uma vez o aumento do SM teria produzido importante efeito na redução das desigualdades de rendimento, sendo responsável por 73% da melhora.

Resultados semelhantes são encontrados para o período 2001/2005. Nesse caso, 69% da melhoria dos rendimentos individuais poderiam ser atribuídos à elevação do valor do SM.

Passando-se para a análise do rendimento familiar *per capita*, o índice de Gini baixou de 0,599 para 0,564 no período 1995/2005. Segundo a simulação, teria baixado apenas para 0,586. Em outras palavras, o crescimento do SM teria sido responsável por importante proporção da redução do índice de Gini da distribuição do rendimento familiar *per capita*, estimada em 64%. Ver tabelas 9a e 10.

Ao serem separados os efeitos do rendimento do trabalho, de pensões e aposentadorias e do BPC, verifica-se que os rendimentos do trabalho respondem por um potencial de melhoria da distribuição de renda familiar *per capita* via aumento do SM maior do que as pensões, aposentadorias e o BPC. Seu efeito isolado no período 1995/2005 atinge 44%, enquanto as pensões e aposentadorias seriam responsáveis por 21% e o BPC por 6% da melhora.

O resultado acima não chega a surpreender, tendo em vista que, conforme já apontado, os rendimentos do trabalho representavam, em 2005, cerca de quatro vezes mais do que os rendimentos de pensões e aposentadorias oficiais, ao passo que o peso do BPC nos rendimentos é mínimo.

A comparação entre os anos de 2001 e 2005 apresenta resultados semelhantes, porém de menor intensidade. O aumento do SM seria responsável por 43% da redução do índice de Gini familiar *per capita*. Mais uma vez, o mercado de trabalho seria responsável pela maior parte da queda.

Tabela 9a – Resultados das Simulações para a Renda Familiar per Capita – 1995/2005

	Gini – renda familiar per capita			
	Modificando apenas rendimento do trabalho principal	Modificando apenas aposentadorias e pensões	Modificando apenas rendimento de transferências e juros	Modificando todos os rendimentos
1995	0,599	0,599	0,599	0,599
Simulação	0,579	0,571	0,566	0,586
2005	0,564	0,564	0,564	0,564

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995 e 2005 – Microdados

Tabela 9b – Resultados das Simulações para a Renda Familiar per Capita – 2001/2005

	Gini – renda familiar per capita			
	Modificando apenas rendimento do trabalho principal	Modificando apenas aposentadorias e pensões	Modificando apenas rendimento de transferências e juros	Modificando todos os rendimentos
2001	0,588	0,588	0,588	0,588
Simulação	0,571	0,567	0,565	0,575
2005	0,564	0,564	0,564	0,564

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 e 2005 – Microdados

Tabela 10 – Percentual de Redução do Índice de Gini Associado ao SM para a Renda Domiciliar per Capita – 1995/2005 e 2001/2005

	Gini – renda familiar per capita			
	Modificando apenas rendimento do trabalho principal	Modificando apenas aposentadorias e pensões	Modificando apenas rendimento de transferências e juros	Modificando todos os rendimentos
Simulação - 1995	44	21	6	64
Simulação - 2001	30	13	3	43

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 2001 e 2005 – Microdados

Apesar do exercício de simulação relativamente simples, pode-se concluir que o aumento do SM teve um importante papel na melhoria da distribuição de renda, tanto no período 1995/2005 quanto no período 2001/2005, por seu efeito combinado sobre os rendimentos do trabalho, de pensões e aposentadorias oficiais e do BPC. A redução de seu efeito no período mais recente está provavelmente associada ao próprio aumento do SM. Na medida em que o SM cresce, seu efeito redistributivo tende a decrescer, pois beneficia pessoas que estão se deslocando para cima na distribuição da renda familiar *per capita*.

7. Conclusões

Ao subir de R\$ 100 para R\$ 300, entre 1995 e 2005, o SM passou por forte crescimento real que repercutiu sobre o nível de renda da população ativa e inativa.

Do lado da população inativa seu efeito se deu através das pensões e aposentadorias oficiais, um grupo cujo piso salarial é equivalente ao valor do SM e no qual a maioria das pessoas, cada vez mais, recebe o valor do piso. Além disso, há o BPC para a população deficiente ou idosa carente, fixado em 1 SM.

No caso da população ocupada, uma importante parcela recebe 1 SM ou rendimentos próximos de seu valor, sendo ainda relativamente comum que pessoas recebam remunerações equivalentes a um pequeno múltiplo do SM. Reajustes do SM repercutem não apenas sobre aqueles

que recebem o valor do SM, como também sobre valores próximos, acima ou abaixo do SM.

O SM é mais importante como padrão de remuneração para os trabalhadores jovens, do sexo feminino e com baixo nível de escolaridade. Por outro lado, é também mais comum em regiões menos desenvolvidas, como a região Nordeste, que nas mais desenvolvidas, como no Sudeste. Em termos setoriais, predomina no serviço doméstico. É ainda bastante encontrado no setor informal entre os trabalhadores sem carteira assinada, mostrando seu efeito-farol na economia informal. Apesar da importância do SM enquanto padrão de remuneração no mercado de trabalho do país, grande parcela dos trabalhadores recebe menos de 1 SM, especialmente nas regiões rurais, na região Nordeste, na agricultura e no serviço doméstico.

Embora a renda do trabalho tenha caído em termos reais no período analisado, as pessoas situadas no entorno do terceiro décimo da distribuição de rendimentos, onde se localizam as remunerações próximas ao SM, tiveram ganhos reais consideráveis. Tal fato, sem dúvida, está associado ao crescimento do SM. Também nas faixas vizinhas ao SM houve algum avanço em termos de rendimento.

A simultaneidade entre o crescimento do SM real e a melhoria da distribuição de renda ao longo da última década levanta a hipótese de que o primeiro teria influenciado a segunda. Ou seja, o SM seria um dos fatores que teriam contribuído para a redução das desigualdades de rendimentos entre 1995 e 2005.

Com o objetivo de se testar a hipótese acima foram feitas algumas simulações para o período 1995/2005 e 2001/2005, que confirmaram o importante papel do salário mínimo na melhoria da distribuição de renda individual e familiar *per capita*, tanto pelo lado do rendimento do trabalho, quanto das pensões e aposentadorias oficiais e das transferências assistenciais, como o BPC. Segundo as simulações, 64% da melhoria no período 1995/2005 poderiam ser atribuídos ao crescimento do SM. Analogamente, 43% da melhoria no período 2001/2005 também estariam associados ao aumento do SM.⁷

Por outro lado, as simulações apontam ainda que o potencial do SM na melhoria da distribuição da renda familiar *per capita* parece ser maior através de seus efeitos sobre o mercado de trabalho do que sobre as pensões e aposentadorias oficiais. Tal resultado corrobora de certa

forma os dados encontrados por outros autores, que mostraram que as mudanças no mercado de trabalho na última década tiveram maior influência sobre a melhoria da distribuição de renda que os diversos programas de transferência de renda.⁸

Apesar da relativa simplicidade das simulações apresentadas neste artigo, não parece haver dúvidas sobre o efeito potencial do SM na melhoria da distribuição de renda. A redução estimada do efeito do SM sobre a melhoria da distribuição de renda no período 2001/2005 relativamente ao período 1995/2005, entretanto, confirma que, na medida em que o SM continuar aumentando em termos reais no futuro, as pessoas beneficiadas estarão se deslocando para níveis superiores da distribuição de renda, limitando, assim, o seu potencial redistributivo.

Alguns autores, críticos do papel do SM na melhoria da distribuição de renda, têm questionado sua contribuição em comparação com outras políticas mais focalizadas e dirigidas especificamente para a população mais pobre, como no caso do Programa de Renda Mínima.⁹

Em nossa opinião, o SM deve ser considerado como uma política voltada para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, para os benefícios contributivos em geral. É um erro querer compará-lo com benefícios assistenciais não-contributivos, cujo objetivo é reduzir a incidência da pobreza (e, portanto, melhorar a distribuição de renda). No primeiro caso, o indivíduo recebe o SM como contrapartida de seu trabalho, enquanto que, no segundo, se trata de um benefício assistencial, muitas vezes sem qualquer contrapartida.

É claro que colocar dinheiro diretamente nas mãos das pessoas mais pobres tem maior poder de redução da pobreza e de melhoria da distribuição de renda do que garantir o pagamento de 1 SM para os trabalhadores em geral, independentemente de pertencerem ou não a famílias pobres. São, entretanto, medidas que não podem nem devem ser comparadas ou contrapostas. Elas possuem naturezas distintas, sendo, portanto, incomparáveis.

O autor agradece aos bolsistas do CNPq Bernardo Nunes, Julia Torracca, Luana Rufino e Vitor Valle pelo trabalho de processamento dos dados utilizados.

Notas

- ¹ A bibliografia ao final do texto apresenta uma série de artigos que discutem o papel do SM na distribuição de renda no Brasil. Ver, por exemplo, Fajnzylber (2001), Foguel, Ramos e Carneiro (2001), Neri (2001), Saboia (2007a e 2007b), Soares (2002) e Ulyssea e Foguel (2006). Há defensores e críticos de sua importância na melhoria da distribuição de renda. Não é, entretanto, nosso objetivo neste artigo acrescentar uma nova resenha a essa discussão.
- ² Dados médios anuais deflacionados pelo INPC. Para efeito de comparação com os dados da PNAD, a comparação deve ser feita entre os meses de setembro e não pela média anual. Entre setembro de 1995 e setembro de 2005, por exemplo, o crescimento real do SM foi de 40%.
- ³ Ao longo deste trabalho será usado o índice de Gini para medir a distribuição de renda. Valores para o índice de Gini na faixa entre 0,5 e 0,6 são considerados elevados para o padrão mundial, representando uma má distribuição de renda.
- ⁴ Alguns críticos que contestam a utilização dos dados da PNAD apontam para possíveis distorções que poderiam ocorrer com a elevação das taxas de juros e o conseqüente aumento dos rendimentos financeiros da população mais rica. O fato de a PNAD mal captar esses rendimentos poderia estar criando um viés favorável ao movimento de melhoria da distribuição de renda observado nos últimos anos.
- ⁵ O crescimento de 40% se refere à comparação entre setembro de 1995 e setembro de 2005, meses de realização das PNADs. A comparação entre 1995 e 2005 tem a vantagem de trabalhar com dois valores nominais para o SM (R\$ 100 e R\$ 300, respectivamente) igualmente “redondos”. A experiência de se trabalhar com a PNAD mostra que os informantes tendem a arredondar seus rendimentos. Portanto, ao se comparar dois valores terminados em dois zeros evita-se a comparação de um valor “mais redondo” com outro “menos redondo”, que beneficiaria o primeiro.
- ⁶ O critério para a redistribuição é feito prioritariamente para os aposentados e pensionistas mais jovens. Na comparação de 2005 com 1995, foram primeiramente alocados no valor de R\$ 214 aqueles que recebiam menos de R\$ 300 e, em seguida, aqueles que recebiam R\$ 300. Estes últimos foram alocados apenas parcialmente até ser atingido o percentual que recebia 1 SM em 1995. Neste caso, foram priorizados na alocação os aposentados e pensionistas mais jovens. Os demais foram distribuídos uniformemente nos valores R\$ 220, R\$ 230, sucessivamente, até R\$ 300, sempre do mais jovem ao mais velho. Repetiu-se o procedimento com o valor R\$ 258 para a comparação de 2005 com 2001.
- ⁷ Outras simulações menos elaboradas já foram realizadas pelo autor para medir o efeito do SM sobre a melhoria da distribuição de renda. Ver Saboia (2007a e 2007b).
- ⁸ Ver, por exemplo, Hoffmann (2006) e Soares (2006).
- ⁹ Ver, por exemplo, Neri (2006) e Giambiagi e Franco (2007).

Minimum Wage and Income Distribution in Brazil in 1995/2005 – Results from Simulations

Abstract – Since the middle of the nineties, Brazilian minimum wage started a process of recovery of its real value. In the same period, the income distribution showed some improvement. The coincidence of these two results suggests that the increase of minimum wage would have contributed to the reduction of income inequalities in the country. With the objective to verify the contribution of minimum wage to the improvement of income distribution, this article explores data from Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) from 1995 to 2005, concentrating the analysis in the income from labor, official pensions and other official transfers, that together represent the great majority of the data collected by PNAD. The various results obtained from simulations for the income distribution confirm the importance of minimum wage to the reduction of income inequalities in Brazil.

Key words – minimum wage; income inequality.

Referências bibliográficas

- BALTAR, P., DEDECCA, C. e KREIN, J. (orgs.) *Salário Mínimo e Desenvolvimento*. Campinas: Unicamp, 2005.
- BARROS, R., CORSEUIL, C.; CURY, S. Salário mínimo e pobreza no Brasil: Estimativas que consideram efeitos de equilíbrio geral, pesquisa e planejamento econômico, v. 30, n. 2, 2000.
- CORSEUIL, C.; SERVO, L. Salário mínimo e bem-estar social no Brasil. Uma resenha da literatura. Texto para Discussão, n. 880, IPEA, Rio de Janeiro, 2002.
- FAJNZYLBER, P. Minimum Wage Effects through the Wage Distribution: Evidence from Brazil's Formal and Informal Sectors. Texto para discussão, n. 151, CEDEPLAR/UFMG, 2001.
- FOGUEL, M.; RAMOS, L.; CARNEIRO, F. The Impact of Minimum Wage on the Labor Market, Poverty and Fiscal Budget in Brazil. Texto para Discussão, n. 839, IPEA, 2001.
- GIAMBIAGI, F; FRANCO, S. Esgotamento do papel do salário mínimo como mecanismo de combate à pobreza extrema. Texto para discussão, n. 1290, IPEA, Rio de Janeiro, 2007.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil em cinco regiões entre 1997 e 2004, *Econômica*, v. 8, n. 1, 2006.

IPEA. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil, mimeo, Rio de Janeiro, 2006.

LAVINAS, L. Salário mínimo, linha de pobreza e benefícios assistenciais: Desvincular é preciso? In: BALTAR, P.; DEDECCA, C.; KREIN, J. *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas: Unicamp, 2005.

LEMONS, S. Minimum Wage Effects on Wages, Employment and Prices: Implications for Poverty Alleviation in Brazil, Working Paper 05/15, University of Leicester, 2005.

NERI, M. Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. *Ensaios Econômicos*, n. 637, FGV, Rio de Janeiro, 2006.

NERI, M.; GONZAGA, G.; CAMARGO, J. Salário mínimo, efeito-farol e pobreza. *Revista de Economia Política*, v. 21, n. 2, 2001.

NERI, M.; GIAMBIAGI, F. Previdência social e salário mínimo: O que se pode fazer respeitando a restrição orçamentária? *Revista do BNDES*, v. 7, n. 13, 2000.

SABOIA, J. O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda no Brasil, mimeo, IPEA, Rio de Janeiro, 2007a.

SABOIA, J. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil no período 1995/2005 – Fatos e simulações. Trabalho apresentado no II Seminário de Análise dos Resultados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, CGEE/IPEA/ MEC/ MTE, Brasília, mar. 2007b.

SOARES, S. O impacto distributivo do salário mínimo: A distribuição individual dos rendimentos do trabalho. Texto para Discussão, n. 873, IPEA, Rio de Janeiro, 2002.

SOARES, S. Análise do bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004, *Econômica*, v. 8, n. 1, 2006.

ULYSSEA, G.; FOGUEL, M. Efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho brasileiro. Texto para Discussão, n. 1168, IPEA, Rio de Janeiro, 2006.

*Recebido para publicação em julho de 2007.
Aprovado para publicação em agosto de 2007.*